

INDICE GERAL

CAPÍTULO I

AS DIMENSÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. Perspectiva filosófica ou jusnaturalista	17
2. Perspectiva estadual ou constitucional	22
3. Perspectiva universalista ou internacionalista	27
4. Uma dimensão constitucional positiva	38

CAPÍTULO II

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CONTEXTO DA SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA

1. A concepção liberal originária	51
2. O processo de democratização	53
3. Os fenómenos de socialização	56
4. As tendências actuais	62
5. Uma história sem fim e a perenidade de uma tradição	67

CAPÍTULO III

O CONJUNTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA DE 1976

1. A matéria dos direitos fundamentais	73
2. A unidade de sentido do sistema dos direitos fundamentais....	93

CAPÍTULO IV

DIREITOS SUBJECTIVOS E DIMENSÕES JURÍDICAS OBJECTIVAS
DO SISTEMA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. A dupla dimensão dos direitos fundamentais	107
2. Características essenciais do conceito de direito subjectivo fundamental	111
3. As dimensões objectivas	134
3.1. Garantias institucionais	134
3.2. Eficácia externa e dever estadual de protecção	137
3.3. A organização e o processo	141
3.4. A «re-subjectivização» das dimensões objectivos	144
3.5. Outros efeitos normativos	149
4. Os deveres fundamentais	150

CAPÍTULO V

ESTRUTURA E TIPOS DE DIREITOS SUBJECTIVOS FUNDAMENTAIS:
OS DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS E OS DIREITOS SOCIAIS

1. A complexidade estrutural	162
2. A heterogeneidade do conteúdo	165
3. A variedade de tipos e de classificações	167
4. Direitos, liberdades e garantias e direitos económicos, sociais e culturais	172
5. O regime dos direitos, liberdades e garantias	184

CAPÍTULO VI

A FORÇA JURÍDICA DOS PRECEITOS RELATIVOS
AOS DIREITOS LIBERDADES E GARANTIAS

1. O paradoxo substancial dos direitos fundamentais	191
2. A aplicabilidade directa dos preceitos constitucionais	193
3. A vinculação entidades públicas	205
3.1. Os vínculos do legislador	206
3.2. As obrigações da Administração	220
3.3. A vinculação das restantes entidades públicas	227

CAPÍTULO VII

OS DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS NO ÂMBITO
DAS RELAÇÕES ENTRE PARTICULARES

1. A história do problema	232
1.1. Posições tradicionais	236
1.2. Os deveres de protecção estadual perante terceiros	241
2. O problema na Constituição portuguesa	244
3. Os direitos, liberdades e garantias nas relações privadas de poder	247
4. Os direitos, liberdades e garantias nas relações privadas típicas	252
5. O critério normativo para a resolução dos conflitos	257
6. A aplicação do princípio da igualdade nas relações privadas ..	260

CAPÍTULO VIII

OS LIMITES E AS LIMITAÇÕES DOS DIREITOS,
LIBERDADES E GARANTIAS NAS SITUAÇÕES DE CONFLITO

1. Limites e limitações, harmonização e restrição de direitos	265
2. Delimitação do âmbito normativo: os limites iminentes	273
3. As restrições legislativas	279
4. As colisões ou conflitos de direitos	300
5. A auto-limitação dos direitos	308

CAPÍTULO IX

A TUTELA DOS DIREITOS LIBERDADES E GARANTIAS

1. A protecção jurídico-institucional	316
2. Os remédios	341

CAPÍTULO X

O REGIME DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS

1. Introdução	359
2. Os direitos fundamentais sociais como posições jurídicas sub- jectivas	361
3. A força jurídica dos preceitos relativos aos direitos sociais	365
4. A tutela dos direitos sociais	384